



379

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0005056-79.2003.8.17.0480 (0239630-7)
COMARCA: CARUARU
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: HUMBERTO MARCULINO DA SILVA
ADVOGADO: DR. IVONALDO DE ALBUQUERQUE PORTO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO SIMPLES. DECLASSIFICAÇÃO DA FORMA CONSUMADA PARA A TENTADA. INVIABILIDADE. SUBTRAÇÃO DA *RES FURTIVA*. CONFIGURAÇÃO DO ROUBO INDEPENDENTE DE PERSEGUIÇÃO POLICIAL OU DA POSSE TRANQUILA E FORA DA VIGILÂNCIA DA VÍTIMA. CONDENAÇÃO MANTIDA. CONDUTA QUE SE SUBSUME AO TIPO PENAL DO ART. 157, *CAPUT*, DO CP. REDUÇÃO DA PENA-BASE PARA O MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA ACERCA DA CULPABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. PENA REDIMENSIONADA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O crime de roubo se consuma com a posse do bem subtraído, independente de ter havido ulterior perseguição do agente, ou que aquela tenha sido mansa, pacífica e exercida fora da esfera de vigilância da vítima, consoante precedentes dos Tribunais Superiores.
2. Demonstrado nos autos que o acusado percorreu todo o *iter criminis* do tipo penal descrito no art. 157, do CP, não há como prevalecer a tese defensiva da ocorrência de tentativa, devendo ser mantida a condenação.
3. Não havendo o juiz singular fundamentado em dados concretos as circunstâncias judiciais pertinentes à culpabilidade e à não,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

contribuição do ofendido para o crime, impossível a exacerbação da pena-base em patamar superior ao mínimo legal, merecendo reforma a decisão condenatória para minorar a reprimenda do agente.

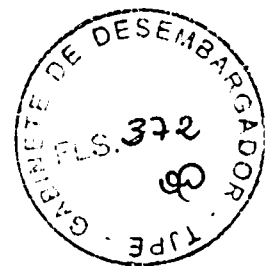
4. Recurso provido parcialmente. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0005056-79.2003.8.17.0480 (0239630-7)**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **voto para dar parcial provimento ao apelo e redimensionar a pena-base aplicada ao apelante para o mínimo legal, totalizando, em definitivo, 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28.05.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0005056-79.2003.8.17.0480 (0239630-7)
COMARCA:	CARUARU
VARA:	2ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	HUMBERTO MARCULINO DA SILVA
ADVOGADO:	DR. IVONALDO DE ALBUQUERQUE PORTO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por **Humberto Marculino da Silva** contra a sentença de fls. 319/322v, pela qual foi condenado às penas privativa de liberdade de 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, e pecuniária de 35 (tinta e cinco) dias-multa, à base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, pelo crime do art. 157, *caput*¹, c/c art. 70, do CP, ambos do Código Penal.

Narra a denúncia de fls. 02/03, **recebida em 29/10/2003**, que em 01/09/2003, por volta das 15h45min, na Praça Cel. Porto, nº. 79, Centro do Município de Caruaru, o apelante, subtraiu para si, mediante grave ameaça, perpetrada com o uso de arma de brinquedo, a importância de R\$20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), pertencentes aos Srs. Antônio José da Silva e José Valmir dos Santos, funcionários da Loja Nova Unidas.

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

Em suas razões recursais, de fls. 329/344, pugna o apelante pela: 1) desclassificação do crime para roubo tentado, ao invés de consumado; e 2) redução da pena-base para o mínimo legal.

Às fls. 346/353, o Ministério Público apresentou contrarrazões onde requer sejam mantidos todos os termos do decreto condenatório.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls. 364/369, opinou pelo provimento parcial do recurso, apenas para redimensionar a pena imposta, fixando a pena-base no mínimo legal.

A despeito de haver sido preso em flagrante, em 01/09/2003, o apelante obteve, liminarmente, o benefício da liberdade provisória em 20/05/2004 (fls. 250/251), aguardando o julgamento definitivo do processo em liberdade.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 20.09.2011

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0005056-79.2003.8.17.0480 (0239630-7)
COMARCA:	CARUARU
VARA:	2ª VARA CRIMINAL
APELANTE:	HUMBERTO MARCULINO DA SILVA
ADVOGADO:	DR. IVONALDO DE ALBUQUERQUE PORTO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO

Inicialmente pede o apelante que seja reformada a sentença apelada para desclassificar o crime de roubo consumado para tentado, argumentando que não restaram configurados todos os elementos do ilícito descrito no *caput*, do art. 157, do CP, porquanto não houve a posse mansa e pacífica da *res furtiva*.

Pois bem.

Como se infere dos autos, em especial das declarações de fls. 72/73 e 285/287, após subtrair o dinheiro das vítimas, o acusado guardou a arma de brinquedo utilizada para a prática do delito e empreendeu fuga, como se nada houvesse acontecido, sendo seguido e, posteriormente dominado pelos ofendidos, os quais somente neste momento perceberam que o revólver não era legítimo.

Com efeito, a narrativa não se coaduna com o posicionamento pacificado no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, que consideram consumado o crime de roubo, bem assim o de furto, no



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

momento em que o agente torna-se possuidor da *res furtiva*, sendo irrelevante o fato de ter havido ou não perseguição policial, ter ocorrido ou não a posse tranquila do bem ou que o objeto do crime saia da esfera de vigilância da vítima. Nesse diapasão:

"PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO SIMPLES. PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA ROUBO TENTADO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

1. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, considera-se consumado o delito de roubo "no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja mansa e pacífica e/ou haja perseguição policial, sendo prescindível que o objeto do crime saia da esfera de vigilância da vítima" (HC 118.407/ SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, 5ª Turma, DJ 3/8/09).

2. Ordem denegada." (STJ - HC 155.108/SP, 5.ª Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 03/05/2010.)

Desse modo, demonstrada de modo incontestado a materialidade e a autoria do crime de roubo simples consumado, que, inclusive, foi confessada pelo apelante às fls. 46/47 e 315/316, impossível a desclassificação para tentativa.

No pertinente ao pedido de redução da pena imposta para o patamar mínimo previsto para o tipo penal incriminador, entendo, em consonância com o Parecer da Procuradoria de fls. 364/369, que a mesma se afigura exacerbada.

A pena cominada em abstrato para o delito em comento é 4(quatro) a 10(dez) anos de reclusão, tendo o Juiz Singular determinado a pena-base em 5(cinco) anos e 6(seis) meses, considerando desfavoráveis e suficientes para



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

a exacerbação da pena do réu as circunstâncias judiciais referentes à culpabilidade e não contribuição da vítima.

A culpabilidade é demonstrada pela posição do agente frente ao bem jurídico tutelado, ou seja, quanto maior o seu desprezo, mais intenso o seu grau de culpabilidade. No caso concreto, o Juiz Singular não a fundamentou em dados concretos, mas no fato de o acusado ser alfabetizado e possuir profissão definida. Ocorre que tais motivos não são suficientes à demonstração de uma culpabilidade exacerbada, especialmente se considerado o *modus operandi*, pois sequer se utilizou de instrumento tendente a provocar lesão física nas vítimas, e o baixo valor da *res furtiva*.

Como bem asseverou a D. Procuradora de Justiça, em seu parecer de fls. 364/369, *"tais circunstâncias não autorizam a majoração da pena base para além do mínimo legal, tendo em vista que ao decidir-se pela prática de um crime o agente assume agir de forma reprovável, pois a consciência do caráter ilícito da ação é fundamental para que ocorra o crime, enquanto que, no mais das vezes, a vítima em nada contribui para ser roubada"*.

Assim, não demonstrados os dados concretos para justificar a fixação da pena-base além do mínimo legal, deve ser a mesma redimensionada para 04 (quatro) anos de reclusão.

Embora tenha confessado o ilícito, a atenuante de confissão não pode conduzir a pena-base aquém do mínimo legal, razão pela qual não deve incidir no caso concreto.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

Por fim, diante da causa de aumento descrita no art. 70, do CP, mantenho o patamar da causa de aumento arbitrado pelo Juiz "a quo" (um sexto), passando, em definitivo, para **04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto.**

Com essas razões, **voto para dar parcial provimento ao apelo e redimensionar a pena-base aplicada ao apelante para o mínimo legal, totalizando, em definitivo, 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão,** mantendo-se os demais termos do decreto condenatório.

Recife, 28.05.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

0010
385



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0239630-7

COMARCA: Caruaru – 2ª Vara Criminal
APELANTE: **Humberto Marculino da Silva**
APELADO: Ministério Público Estadual
PROCURADORA: Drª. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pelo Bel. Ivonaldo Porto, em favor de **Humberto Marculino da Silva**, contra a Sentença de fls. 319/322, proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru/PE, datada de **13/05/2010**, que condenou o apelante às penas de 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa, a ser cumprida no regime inicialmente semi-aberto, pela prática do delito tipificado no Art. 157, caput, c/c Art. 70, ambos do CP (Roubo em Concurso Formal).

Em síntese, narra a Denúncia de fls. 02/03 que, por volta 15h45m do dia 01 de setembro de 2003, na Praça Cel. Porto, 79, Centro, Caruaru/PE, o ora recorrente subtraiu para si, mediante grave ameaça perpetrada com o uso de arma de brinquedo, a importância de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos) pertencente aos ofendidos ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA e JOSÉ VALMIR DOS SANTOS, ambos funcionários da loja Nova Unida.

De acordo com a peça acusatória, fazendo uso da citada arma, o acusado abordou a vítima JOSÉ VALMIR e dela subtraiu a quantia de R\$ 4,35 (quatro reais e trinta e cinco centavos). Não satisfeito, insistiu para que ele lhe passasse mais dinheiro, oportunidade em que ANTÔNIO JOSÉ foi chamado, sendo-lhe informado que o acusado estava pedindo dinheiro.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

Percebendo que o recorrente portava uma arma, ANTÔNIO JOSÉ entendeu que se tratava de um assalto, repassando-lhe a quantia de R\$ 16,00 (dezesseis reais).

Após cometer o crime, o acusado guardou a pistola de plástico numa sacola e empreendeu fuga como se nada tivesse acontecido. Porém, os ofendidos o seguiram e conseguiram dominá-lo. Em seguida, acionaram a Polícia Militar, que realizou o flagrante.

No Arrazoadado Recursal de fls. 333/344, a defesa requer, em síntese, a modificação da Sentença a fim de que o delito seja desclassificado para o de roubo tentado, bem como para que a pena seja aplicada em seu patamar mínimo.

Nas Contrarrazões de fls. 346/353, a Promotoria de Justiça pugnou pelo improvimento da Apelação.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Drª Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofereceu promoção pelo provimento parcial do apelo, a fim de que a pena base seja fixada em seu patamar mínimo (fls. 364/369).

O recurso merece ser acolhido, em parte.

Inicialmente, há de ser destacado que não há insurgência a respeito da autoria e materialidade delitivas, as quais são, de fato, incontestas, tendo acusado, inclusive, confessado o crime (fls. 14/15 e 46/47).

No que concerne ao pleito pela desclassificação do delito, devendo ser imputado ao acusado o crime de roubo tentado, observo que há muito já se pacificou o entendimento no sentido de que a consumação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

do crime de roubo ocorre com a mera posse do bem subtraído, ainda que por breve período, não sendo necessária que ela seja tranquila. Assim, tendo o réu efetivamente tomado a posse das quantias acima descritas, ainda que por curto período de tempo, incabível o pleito. Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. CONSUMAÇÃO DO DELITO. DESNECESSIDADE DA POSSE TRANQUILA DA RES. ACÓRDÃO A QUO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ.

1. O recurso especial, quanto ao tema atinente ao princípio da insignificância, é manifestamente inadmissível e, quanto à desclassificação da conduta, confronta com jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, admite-se que tais questões sejam solucionadas por meio de decisão monocrática, conforme previsão contida no art. 557 do Código de Processo Civil, parcialmente repetida no art. 34, XVIII, do RISTJ. Ademais, é facultada à parte a interposição de agravo regimental, como se fez no caso, inexistindo, portanto, ofensa ao princípio da colegialidade.

2. O argumento referente à impossibilidade de utilização do *modus operandi* do agente como fundamento para afastar o princípio da insignificância não foi suscitado, oportunamente, no recurso especial, razão pela qual se observa a ocorrência da preclusão; afinal, não se admite inovação argumentativa em sede de agravo regimental. Precedente.

3. Prevalece nesta Corte a orientação de que o delito de roubo, assim como o de furto, se consuma com a simples posse, ainda que breve, da coisa alheia, mesmo que haja imediata perseguição do agente, não sendo necessário que o objeto do crime saia da esfera de vigilância da vítima (REsp n. 1.291.312/RS, Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, DJe 25/2/2014). Portanto, como a jurisprudência desta Corte perfilha o mesmo entendimento manifestado no acórdão recorrido, incide a compreensão firmada na Súmula 83/STJ.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1411487 / DF; Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR; T6 - SEXTA TURMA; DJe 06/05/2014) (grifei)

Quanto à diminuição da pena base aplicada, corroboro com o entendimento esposado pela douta Procuradoria de Justiça e entendo que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

a não há fundamentação para aplicar ao acusado uma pena base superior ao mínimo legal previsto no tipo.

Analisando a dosimetria realizada pelo magistrado singular, observo que das 08 (oito) circunstâncias judiciais apenas 02 (duas) foram consideradas desfavoráveis ao réu. A culpabilidade, porém, em qualquer crime será valorada de maneira negativa, devendo-se sopesar apenas o seu grau. No caso concreto, ela não se mostra elevada, principalmente se considerarmos o fato de ter sido utilizada uma arma de brinquedo e a particularidade de o acusado ter ficado satisfeito com a pequena quantia subtraída. Da mesma forma, o comportamento da vítima, a qual, no mais das vezes, não atua de forma a facilitar a consumação do crime.

Portanto, inexistindo fundamentação concreta a autorizar a majoração da pena base, penso que deva ser fixada em seu patamar mínimo, qual seja, 04 (quatro) anos de reclusão.

Não há que se falar na aplicação da atenuante da confissão espontânea, uma vez que nesta segunda fase não é possível conduzir a pena para alguém do mínimo.

Deve incidir, porém, a causa de aumento prevista no Art. 70, CP, uma vez que mediante uma única ação o acusado praticou dois delitos de roubo. Mantenho o patamar mínimo fixado pelo magistrado singular, aumentando a pena em 1/6 (um sexto).

Assim, a pena final imposta ao apelante será de 4 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho

Pelo exposto, voto pelo **provimento parcial do Apelo**, modificando a reprimenda imposta ao réu na forma acima descrita, mantendo a Sentença condenatória em seus demais termos.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor